

* 6 ABR 1988

TCR 004444

VASP - 1933 - 1983. Os primeiros 50 anos passaram voando

MASSACRE NO CAPACETE

Mirad também responsável

Dos vários componentes que interferiram no confronto do dia 28 de março na localidade do Capacete, município de Benjamin Constant e que resultou na morte de 14 índios Tikuna e 27 feridos, o Ministério da Reforma Agrária (Mirad) e a Prefeitura municipal de Benjamin Constant aparecem como causa diretamente ligados ao problema. Assim como a Fundação Nacional do Índio (Funai), que levou vários anos para completar o processo de desapropriação do Capacete e adjacência, o Mirad e a Prefeitura de B. Constant que não definiram a área onde seria assentado todo pessoal desapropriado.

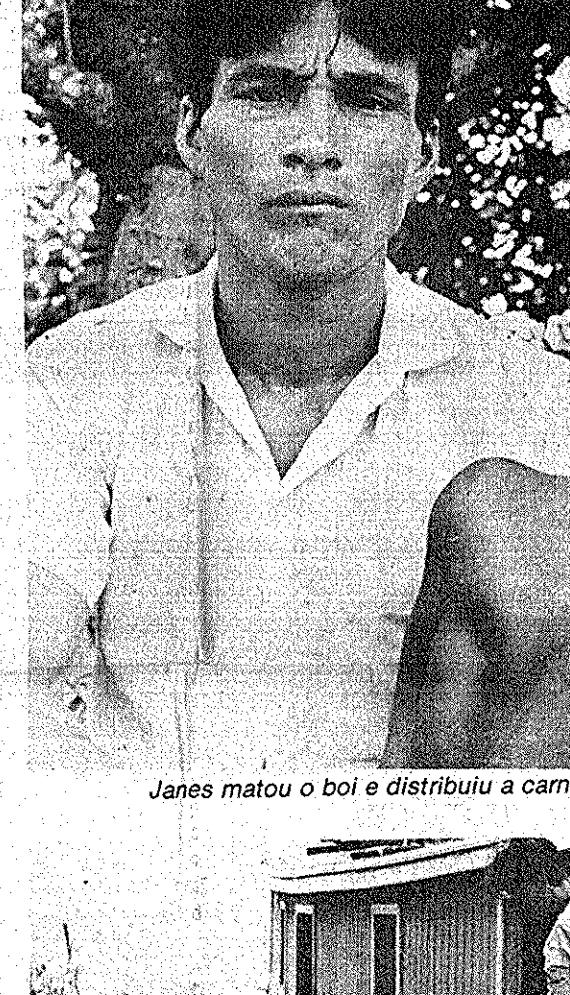
Conforme declarou Jorge Luiz de Paula, sociólogo do posto da Funai em Tabatinga, à reportagem de **A Crítica**, em Benjamin Constant, seria demarcada uma área para a qual deveriam ser transferidas todas as pessoas de Capacete. Segundo ele, recursos destinados à demarcação dessa área foram repassados para a Prefeitura de Benjamin Constant, que não concluiu os serviços. "Todos os posseiros de Capacete deveriam estar localizados em Benjamin Constant se os trabalhos de demarcação não tivessem sido retardados pelo Mirad e pela Prefeitura", afirma.

Desde o ano de 1982, quando a localidade do Capacete foi considerada de interesse indígena e em 1984 iniciado o processo de demarcação, muitos problemas entre os Tikuna e posseiros deram início ao desfecho da segunda-feira sangrenta. Observa Jorge Luiz que a exploração indiscriminada de madeira em torno e a pesca predatória exercida tanto por Oscar Castello Branco, acusado pelos Tikuna como mandante da chacina, quanto por outros posseiros, foi sempre motivo de atritos. "Por duas vezes o madeireiro Oscar criou situações difíceis com os Tikuna por explorar madeira em território indígena. Recentemente foram cortadas 900 toras, mas nenhuma espécie de negociação foi aceita pelos Tikuna a fim de que Oscar as retirasse do local para negociá-la", denuncia.

Prisão preventiva Os índios Tikuna, localizados nos municípios de Benjamin Constant, Tabatinga, Tocantins, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Içá, formam um universo populacional de 25 mil habitantes. Apesar de aculturados mantêm tradições e laços nitidamente indígenas. As mulheres desenvolvem o artesanato enquanto que os homens se dedicam à caça e à pesca, além da atividade madeireira.

Seus trabalhos sempre são realizados em ajuri trabalho comunitário, quando aproveitam para fazer o *pakara* (cesto de ananã), maqueira de *tucun* (rede) e também o *tururi* (estriado de fibra). Para as celebrações, a *cacimba* (bebida de pupunha e macaxeira) e o vinho de açaí são mantidos desde épocas mais distantes.

A festa da menina-moça, embora esquecida por algumas comunidades, continua como um dos principais rituais Tikuna. Esta festa consiste em confirmar a partir dos 13 anos as meninas que só ganham liberdade quando formadas (têm a primeira menstruação). Colocada fora do cativeiro, a menina, agora moça, tem seu cabelo totalmente arrancado, fato ainda verificado na comunidade de Belém. Excessivamente presos a laços fa-



Janes matou o boi e distribuiu a carne



Capitão Leonildo: punição ou vingança



Os implicados na matança aguardam em liberdade o dia do depoimento

miliares, os Tikuna da comunidade de São Leopoldo prometem vingança ao sangue derramado de seus parentes se os responsáveis pela matança não forem colocados na prisão. Até ontem, o inquérito conduzido pelo delegado da Polícia Federal de Tabatinga, Ari Marinho, cujo processo foi iniciado no dia 29 de março, havia iniciado criminalmente 8 posseiros:

Francisco Nascimento Ambrósio, 46 anos; João dos Santos da Silva (não sabe a idade) e Raimundo Marques de Oliveira, 21 anos; Francisco de Souza Rodrigues, 42; João dos Santos, 38; Nelson Franco Pereira, 41; Alzenir Marques de Oliveira, 26 anos; e Jucinei Ramos, 24 anos.

Segundo declarou Ari Marinho à reportagem de **A Crítica** o processo que será concluído dia 29, podendo ser prorrogável por mais 30 dias, antes de remetido para a Justiça Comum para julgamento pedirá a prisão preventiva de todas as pessoas até então identificadas criminalmente. Ontem, por exemplo, na companhia do seu advogado, Oscar apro-

ouvido por último, são bastantes subjetivas. Todas as pessoas ouvidas afirmam que não é o responsável pela matança, ainda assim, se antes da conclusão do inquérito for provado a sua participação pediremos também a sua prisão preventiva" promete.

Não houve flagrante. O tiroteio, iniciado por volta das 12:30h, só terminou quando os jagunços não dispunham mais de cartuchos. Após o último tiro, ocorrido depois de mais de uma hora de perseguição, o fato foi levado ao conhecimento das autoridades em Tabatinga.

Mesmo assim, a Polícia Federal

não registrou nenhum flagrante, possibilizando aos implicados de permanecerem em relativa liberdade.

Oscar Castello Branco, que ainda não foi ouvido e nem participou do ataque, continua em Tabatinga na residência de seu advogado, Gedeon Rocha e nas horas de tédio procura se animar com alguns goles de bem geladas cervejas.

Ontem, por exemplo, na companhia do seu advogado, Oscar apro-

vou para visitar Benjamin Constant, onde tem residência, parentes e amigos.

Mesmo os mais implicados no assassinato dos Tikuna - a Polícia Federal até o momento tem sob seu controle 19 jagunços -, dos quais 8 identificados criminalmente, e os outros 11 fora da mira da polícia. Confortavelmente instalados no barco "Maité," de propriedade de Oscar, todos os envolvidos aguardam sua vez de depor na PF.

As pessoas consideradas mortas

são: Marcos Anísio Galdino, 24 anos; Valentim Ernesto Julião, 35; Raimundo Augusto Mariano, 16 anos; Batista Alves Inácio, 11 anos; Lourenço Mariano Bernardo, 10 anos; Natalino Manoel, 28 anos; Jordão Fidélis, 10 anos; e Lourenço de Almeida, 10 anos; Getúlio Alves Inácio, 11 anos; David Luciano, 30 anos; Angelito Luciano, 25 anos; Juca Luciano, 40 anos; Agripino Mopambiti, 22 anos e Aldenir Marques, 9 anos.

Amâncio: Situação fica pior com mortes



Sebastião Amâncio

"Toda aspiração que tiver origem no sentimento indígena, a Funai está

pronta a acatar. As entidades exógenas, desconheceremos na íntegra", disse ontem o superintendente da 5^a SUER, Sebastião Amâncio, ao tomar conhecimento da carta enviada por um grupo de líderes indígenas que foram cobrar do órgão uma posição a respeito da questão Tikuna e do estado em que se encontra a Casa do Índio.

Para Sebastião Amâncio, "os criminosos serão punidos conforme a Justiça determinar". Quanto ao reassentamento dos indígenas, competência do Mirad e da Funai, providências já vêm sendo tomadas e "os choques são de responsabilidade de quem de direito", revelou.

O superintendente da 5^a SUER considerou que foram aliciados índios pelo CIMI e representantes de entidades indígenas na questão, na qual se pode aferir que há participação não expontânea do índio, prometendo

avaliar a carta, mas deixando claro que "o processo fundiário é lento e gradual".

"A Funai teve apenas 20 anos para consertar o que está errado desde 1.500. Famílias que ocuparam áreas, cuja colonização se deu de forma errada", revelou. Demarcar, indenizar e reassentar são, conforme explicou, as funções do órgão. Os implicados na questão serão interrogados e, se julgados culpados, condenados; e os suspeitos estão proibidos de se afastar da área.

Sebastião Amâncio acrescentou que cerca de 20 pessoas estão indicadas em processo em Tabatinga. No momento, a Funai procura manter os índios informados de que devem aguardar a demarcação, indenização e assentamento, sem atos de violência, o que o órgão diz esperar conseguir de qualquer pessoa de bom senso.

"A situação sem mortes é difícil, com mortes é pior", destacou Sebastião Amâncio, ao colocar que esse

processo ocorrer em várias etapas: conscientização da área a ser demarcada, deixando claro que é um processo que somente o Brasil se ocupa. "500 anos depois o processo está sendo corrigido", frisou.

"Nós temos entidades que querem, há indícios de que desejam desestabilizar as ações do governo como um todo. Usam os índios contra não índios. Quando a Funai vai demarcar essas terras, usam essas mesmas pessoas para condicionar as ações do governo. Essas pessoas são responsáveis por essa onda de violência", culpou o superintendente da 5^a SUER.

Ainda sem denunciar quais seriam esses órgãos, Sebastião Amâncio adiantou, no entanto, tratar-se de entidades que apóiam a causa indígena, bastante conhecidas em todo o País, mas que caberá a órgãos de segurança provarem quais são. "Essas entidades estão sendo indiciadas e, se culpadas, serão levadas a processo", concluiu.

Líderes indígenas repudiaram a matança

"Não podemos deixar, como membro da União Nacional das Nações Indígenas-UNI — de dar uma justificativa diante das versões que estão surgindo sobre a matança dos índios em Capacete. Estamos repudiando todos os casos". Assim se expressou Lino Miranda, de Uariní, que ontem esteve na sede da Funai em Manaus, juntamente com mais três lideranças indígenas para cobrar uma posição do superintendente regional sobre a chacina no município de Benjamin Constant.

"Ao contrário do que se conhece, somos agressores, somos agredidos,

nos defendemos, não estamos revendo", argumentou Lino Miranda sobre a indenização das benfeitorias nas áreas desapropriadas, que ficou numa média de 25 mil aos índios, enquanto os posseiros receberiam em OTNs. "Se o índio tivesse assistência adequada, poderiam produzir muito mais. Como é que você pode dar aquilo que não tem?"

O motivo da vinda das lideranças indígenas até a sede da 5^a SUER cor-

ponde a uma cobrança, uma vez que a Funai não se pode dizer inocente, porque outras situações semelhantes já ocorreram e à medida que o tempo passa, tende a piorar".

Para Lino Miranda, "esse é um dos casos que não podemos deixar como tantos outros, se possível, devemos exigir a presença dos membros conselheiros das Nações Indígenas em Manaus para sentarmos juntos, e decidirmos o que fazer, acionando todos os canais competentes e cobrando posições".